



VILAREALSTºANTONIO

-----**Assembleia Municipal**

ACTA N. 06/2014

Ao vigésimo nono dia do mês de Setembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário**, e os membros eleitos das Bancadas, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita, Alexandre Hermínio Drago Madeira, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, Maria Alexandra Martins do Livramento, David Miguel Vasques da Silva, Lara Sofia Vairinhos Rosa, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, Luís Miguel Guerreiro Romão, José Roberto Leitão Guerreiro, Manuel da Conceição António, Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro, Ricardo José Madeira Cipriano, Luís Manuel da Rosa Fernandes, José João Rosa Gonçalves Albertina da Piedade Fernandes Madeira, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado** e conforme Edital de 12 de Setembro de 2014, reuniu em sessão **ORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

Na **ABERTURA DA SESSÃO** A senhora 1ª Secretária procedeu à chamada e confirmaram-se os seguintes pedidos de substituição: na bancada do PS **Rui João Gutierres Setúbal** foi substituído por **José João Rosa Gonçalves** e na bancada da CDU **Margarida Rosa Molarinho B. Simão** foi substituída por **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**.-----

Verificando-se a presença de todos os membros da **Assembleia Municipal**, o **Presidente** declarou aberta a sessão. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia e perguntou se havia inscrições para o período de Antes da Ordem do Dia.-----


1

Inscreveram-se **Luís Manuel da Rosa Fernandes, Ricardo José Madeira Cipriano, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes e José Manuel Modesto Dourado.** -----

Tomou a palavra **Luís Manuel da Rosa Fernandes** que se dirigiu ao **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que a resposta via mail ao seu requerimento não é a mais adequada. Agradeceu que a mesma fosse complementada através de um documento escrito. Ao executivo camarário perguntou se com o regulamento do espaço público que já foi aprovado duas vezes em Assembleia Municipal, a última delas em 12 de Junho, se iriam corrigir as situações anormais que existem no concelho e acrescentou *“Verifico que nada disso foi feito, basta andar em Vila Real ou Monte Gordo para ver que a situação está pior. Se havia locais que tinham esplanadas fixas mas as pessoas ainda podiam andar por ali, agora está tudo fechado, inclusivamente perto das escolas. Agradecia que esta situação fosse verificada”*. Afirmou ainda ter verificado que durante o Verão, na zona entre o Hotel Dunamar e a Praia do Coelho há um acesso pedonal que não tem rampa. Para terminar, referiu-se à sua consulta ao processo de obras 1/2014 e disse ter verificado situações irregulares. Propôs que este processo viesse à Assembleia Municipal para ser debatido, à semelhança do que foi feito com outro processo em 2007, referindo que há regras a serem cumpridas. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou não ter qualquer problema em falar sobre as questões apresentadas e explicou que o último processo referido foi inspecionado pela IGF durante 2012 e 2013, assim como todos os processos dos dois últimos mandatos não tendo sido apresentado nenhum reparo. Disse ainda que no relatório provisório, a que a Câmara Municipal teve acesso, foi feita uma menção à autarquia por ser exemplar relativamente ao licenciamento urbanístico. -----

Ricardo José Madeira Cipriano referiu-se ao Orçamento para 2015 para dizer que a Acta a ser aprovada de seguida refere que até 30 de Setembro os partidos da oposição receberiam, da parte do executivo, a minuta do orçamento para poderem apresentar propostas. Afirmou esperar que esse trabalho esteja a ser feito. Referiu ainda ter tido acesso a dois projectos de arquitetura da SGU – Grand Beach Club na Ponta da Areia e Grand Hotel Algarve na Avenida da República – e perguntou *“Qual é o título jurídico, como justificativo, que a SGU tem, para fazer um projecto de arquitetura?”* Fez ainda uma chamada de atenção para aquilo que disse, presume ser um lapso, referindo-se para um contrato de prestação de serviços de uma técnica cujo valor apresentado no site é de 59.616,00€ e no BASE GOV o valor é de 19.872,00€. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** confirmou que realmente se tratava de um lapso de valores, sendo o valor correto o segundo. Quanto à questão do Grand Hotel Algarve na Avenida da República esclareceu que a Câmara Municipal através da SGU, entidade que gere a ARU, fez um processo de expropriação do Hotel Guadiana e no quadro desse processo lançou um concurso público para a escolha de um parceiro para ficar com a titularidade e gestão do Hotel Guadiana e a Câmara Municipal apresentará o projecto de arquitetura. Quanto ao Grand Beach Club na Ponta da Areia explicou que a Câmara Municipal fez um pedido ao IPTM, agora Docapesca, e havendo vários interessados a Docapesca tem de lançar um concurso público. Afirmou ainda que a ideia da SGU é que os dois edifícios fiquem cupulados ao mesmo projecto.-----

António Filipe Parra Martins interveio para dizer que recebeu informação de três munícipes sobre o abate de árvores em três pontos diferentes do concelho. Perguntou o porquê do abate das árvores e sugeriu que nestas situações os munícipes sejam informados para não existirem alarmes nem surpresas. Referiu-se também aos fundos do PAEL para perguntar quando estão previstos os pagamentos da 2.ª fase deste plano. Questionou ainda a questão da colocação das placas sinaléticas da Clínica Médica Internacional do Guadiana tendo em conta que as placas expostas, em estruturas da autarquia, são publicitárias.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra para esclarecer que a Junta de Freguesia de Monte Gordo distribuiu flyers relativamente à necessidade do abate das árvores e informou que as localizações resultaram de indicações fornecidas pelo ICN para a construção de estações elevatórias no seguimento das obras do POVT. Quanto ao PAEL informou que a 2.ª tranche está aprovada e que se aguarda a transferência das verbas. Em relação às placas sinaléticas comunicou que houve uma acção de fiscalização, que a situação foi vista como uma infracção e que irá proceder-se à notificação da empresa para retirar as mesmas.-----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes aludiu que as intervenções dos membros da CDU referem-se às preocupações dos munícipes e neste caso estão relacionadas com as últimas notícias de jornal quanto às dívidas da Câmara Municipal e à intervenção do FAME. Solicitou esclarecimentos de modo a esclarecer também os munícipes.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a Câmara Municipal não tem conhecimento nem foi notificada quanto a esta questão e que o Município não é obrigado a recorrer ao FAME. Acrescentou que, no entanto, o FAME é uma ajuda aos municípios e que poderá ter taxas de juro mais favoráveis. Disse ainda que a autarquia, nos termos da nova legislação, não é obrigada a recorrer ao FAME e que só o fará se financeiramente, as taxas de juro forem mais favoráveis que as obtidas com o PAEL.-----

De seguida, tomou a palavra **José Manuel Modesto Dourado** para perguntar se o Centro Médico Internacional do Guadiana, recentemente instalado no Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António, tem ou terá alguma influência na certificação do Centro Olímpico e se há alguma veracidade nos rumores surgidos de que o Complexo poderá perder alguns certificados por causa da instalação da clínica naquele local.-----

Em resposta ao membro do Bloco de esquerda, o **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o Centro Médico está a ter muito bom desenvolvimento com os atletas e com a população e que as entidades competentes felicitaram a Câmara Municipal por ter introduzido mais-valias e mais valências no Complexo Desportivo. -----

Pediu a palavra **António Manuel Cipriano Cabrita** para mencionar que a bancada do PSD considera que é tempo de fazer um voto de louvor à Câmara Municipal em relação à sua actividade. Leu e entregou um voto de louvor ao executivo municipal pela forma como as obras do POVT estão a decorrer, documento que fica apenso a esta ACTA. -----

Interveio **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** para referir alguns aspectos do voto de louvor, nomeadamente para enaltecer o facto de uma obra desta envergadura que causa alguns transtornos, estar a decorrer da melhor forma, sem incidentes, sendo a mesma de grande importância para a população. Quanto ao montante envolvido, salientou o esforço de capitais próprios da SGU e do executivo camarário mas também os apoios do POVT e do Banco Europeu do Investimento. Lembrou ao deputado **Luis Fernandes** que há endividamento mas também muita obra feita e recordou que há alguns anos atrás existiam muitas carências no concelho desde a entrada de Vila Real à falta de água que era uma constante, sendo que este tipo de obra feito debaixo do chão tem tendência a cair no esquecimento.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** interveio ainda para referir que em Assembleia Municipal do ano anterior pediu para a oposição enviar propostas até 30 de Setembro para o orçamento de 2015 dizendo que o mesmo será muito idêntico ao do ano anterior, não havendo margem para grandes alterações por causa do PAEL e que nos próximos quatro anos a base orçamental será a mesma. -----

Tendo em conta que neste momento mais membros pediram a palavra, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse que daria um minuto a cada interveniente por estar quase esgotado o tempo regulamentado para o período de Antes da Ordem do Dia. -----

António Manuel Cipriano Cabrita elogiou o executivo camarário pela forma como a obra do POVT está a decorrer e enalteceu os eventos de Verão no concelho, pela qualidade e variedade dos mesmos. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes colocou duas questões- *“Quando estará montada a Feira da Praia?”* e *“Se a obra do POVT teve aprovação em 2011 ou 2012 porque só agora está a ser executada?”* Afirmou ainda que se é de fazer louvores a este executivo também se deverá fazer aos anteriores visto a obra ter sido aprovada no executivo anterior. -----

A **Vanda Fernandes**, o **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que o seu último argumento é criativo e às questões colocadas respondeu que a Feira da Praia começará a ser montada a 4 ou 5 de Outubro, à semelhança dos anos anteriores, estando já a obra no local da Feira a ser concluída e que o POVT foi aprovado no final de 2012 mas foi posteriormente submetido ao aval do Tribunal de Contas, tendo a obra começado em Outubro de 2013 na freguesia de Vila Nova de Cacela.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou de imediato ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** dando conhecimento dos pontos que fazem parte deste período:-----

Ponto Um: **EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES** - O **Presidente** deu conhecimento da correspondência que foi remetida à **Assembleia Municipal**, documentos cujas cópias foram distribuídas pelas diversas bancadas, a saber: ofício do Grupo Parlamentar do PCP sobre o projecto de resolução “Em defesa dos cuidados de saúde primários na região algarvia” e convite da ANMP sobre a Conferência “A Organização territorial do estado na democracia de proximidade”.-----

Ponto Dois: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 09 E 10 DO ANO DE 2013;**
- Intervieram **José Manuel Modesto Dourado**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes** e **Ricardo José Madeira Cipriano** que apresentaram algumas correcções aos textos das Actas. Após as devidas correcções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou as Actas a votação sendo as mesmas aprovadas por **UNANIMIDADE**, considerando-se a abstenção de **Luís Manuel Negrão Vargas** por não ter estado presente nas assembleias em causa. -----

Ponto Três: **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A BICHINHO DO SABER ASSOCIAÇÃO;** - Presente a proposta apresentada pela **Vice-Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **UNANIMIDADE** por aquele órgão, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se havia inscrições. -----

Interveio **Maria Luísa Santos Currito de Oliveira e Castro** que informou que o PS vai aprovar este protocolo e que se congratula com o mesmo já que beneficia as crianças do concelho, ajudando-as no seu desenvolvimento e crescimento e que essa deverá ser sempre a prioridade da autarquia. Perguntou se há crianças de Vila Nova de Cacela e de Monte Gordo que também estão a ser apoiadas e que não havendo, e por uma questão de equidade, se a autarquia prevê a elaboração de protocolos com as mesmas características com associações dessas freguesias. -----

António Filipe Parra Martins considera ser válido facilitar o acesso de crianças de famílias carenciadas aos serviços deste ATL e por isso a bancada da CDU votará favoravelmente a proposta e acrescentou *“No entanto, relativamente ao geral das associações do concelho, há vários anos que a autarquia deixou de fazer contratos programa. Consideramos que o contrato programa é a melhor forma de se definirem objectivos, favorecer a transparência dos apoios e contribuir para a estabilidade do trabalho do plano de actividades de cada associação. Quando pretende a Câmara Municipal retomar esta boa prática em vez de dar apoios casuais?”*-----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse a **Luisa Currito** não ter conhecimento da existência de associações com este âmbito nas freguesias de Vila Nova de Cacela e Monte Gordo e que sempre que houver crianças nessas condições nas referidas freguesias, serão transportadas à responsabilidade da Câmara Municipal. A **António Martins** disse que este não é um acordo pontual mas sim um acordo base, com um equipamento que foi criado, tal como outros, assumidos com outras instituições e garantiu que à medida que a situação financeira for estabilizando vão-se fazendo contratos programa com as associações.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Ponto Quatro: **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2014;**

- Presente a Proposta apresentada em Sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por **MAIORIA** por aquele órgão, com as abstenções dos Vereadores Célia Paz, José Barão e José Cruz. -----

Interveio **Ricardo José Madeira Cipriano** que referiu que à semelhança do que foi feito aquando da apresentação do protocolo com as Juntas de Freguesia de Vila Nova de Cacela e Monte Gordo gostaria de perguntar ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António se este protocolo preenche os requisitos e as pretensões da Junta. -----

Luis Miguel Guerreiro Romão, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António respondeu que este protocolo satisfaz as pretensões da Junta de Freguesia e acrescentou: *“Em virtude da nova lei, a Junta já estava interessada em assumir algumas competências ainda não assumidas. Esta é uma lei complexa e algo desajustada da realidade no caso das competências próprias sendo que as Juntas de Freguesia terão sempre muitas dificuldades em cumpri-las na íntegra.”*-----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes pediu a palavra para dizer o seguinte: *“Na última Assembleia apresentámos uma declaração de voto com todos os obstáculos vistos nesta delegação de competências. No final, o Presidente disse que um protocolo é o mesmo que um acordo e não é. Este protocolo não tem nada a ver com a lei 75/201, apesar de se referir a ela no seu preâmbulo”*. De seguida apontou vários artigos em falta e afirmou que neste protocolo as competências vão continuar a ser exercidas pela Câmara Municipal. -----

António Manuel Cipriano Cabrita pediu a palavra para dizer que a intervenção de **Vanda Fernandes** está a levantar dúvidas que farão com que as Juntas de Freguesia suspendam as suas actividades. -----

Luis Miguel Guerreiro Romão pediu de novo a palavra para dizer que não concorda com a leitura feita por **Vanda Fernandes** e voltou a frisar que a lei é desajustada da realidade e que não conhece nenhuma Junta de Freguesia do país que tenha assumido estas competências na íntegra. E continuou: *“Tem de haver o princípio da racionalidade. A Junta de Freguesia e a Câmara Municipal são uma equipa, trabalham em conjunto e o mais importante é fomentar o trabalho de equipa colaborando com o município. Existem competências que a Junta de Freguesia não se atreve a querer porque o problema são os meios que têm de ser bem geridos. Esta Junta de Freguesia vai aventurar-se em competências nunca assumidas e tem de ser de uma forma racional e bem trabalhada.”*-----

A CDU apresentou uma Declaração de Voto.-----

A proposta foi colocada a votação e foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções dos membros do PS, CDU e BE.-----

Ponto Cinco: **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**-----

Pediu a palavra **José Manuel Modesto Dourado** que disse que alguns munícipes pediram para falar sobre a salubridade pública, mais concretamente sobre a praga de baratas existente no concelho e que aumenta quando o tempo aquece. Referiu que o relatório fala que



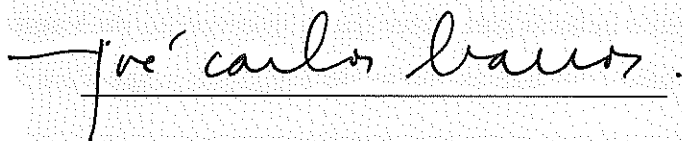
periodicamente se fazem desinfestações e afirmou que apesar de se ter mudado de empresa o problema continua sem solução.-----

Seguiu-se o **Período de intervenção do público**, não se registrando inscrições. -----

E nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou a leitura da minuta da ACTA que, colocada a votação foi aprovada por **UNANIMIDADE**. O **Presidente** deu então por encerrada a sessão da Assembleia Municipal pelas vinte e três horas e dez minutos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário



(José Carlos Barros)

(Maria do Rosário P. Proença)



Assunto: Voto de louvor da bancada do PSD na Assembleia Municipal ao Executivo Municipal pelas obras do POVT

A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António congratula-se, felicita e enaltece a coragem do executivo da Câmara Municipal, ao avançar com as obras do Plano Operacional de Valorização do Território – POVT.

Quando o PSD chegou ao poder em Vila Real de Santo António, eram frequentes os episódios de falta de água, em especial no Verão. As dificuldades de escoamento de esgotos domésticos eram recorrentes e todos estamos recordados do que sucedia quando chegavam as primeiras chuvas: imagens de inundações no nosso Concelho abriam os noticiários televisivos.

Diversas medidas foram tomadas pelos anteriores executivos, mas sem nunca resolver o problema do saneamento básico.

Em 2005, com a chegada ao poder do PSD, elaborou-se um plano geral, que resolve-se na sua globalidade os problemas existentes e bem assim que conclui-se intervenções não terminadas:

- Esgotos da Avenida da Republica.
 - Rua de Angola e Zona Norte (que tanto transtorno – em seu tempo, deu à população sem o assunto ser resolvido).
 - ETAR da Aldeia Nova.
 - *ESGOTOS DA ALDEIA NOVA.*
- Respondeu-se e concluiu-se promessas antigas, de outros, não resolvidas:

- Fonte Santa
- Pocinho
- Beco
- Saída de esgotos para o Guadiana.

Desta forma, as obras do POVT, que incluem a substituição de parte significativa da rede de água e de esgotos do Concelho e que representam a maior intervenção alguma vez realizada neste âmbito no município, impõem-se como fundamentais para a melhoria das condições de vida da população.

Correspondem a um investimento total de 29.967.465,98 € repartidos em 12.072.144,21€ em empreitadas ligadas ao abastecimento de água, dos quais 74% são provenientes, a fundo perdido do POVT; 16% do Banco Europeu de

Investimento e 10% garantidos através de capital próprio da VRSA SGU e em 17.895.321,77€ em empreitadas ligadas ao saneamento, dos quais 40% são provenientes, a fundo perdido do POVT; 50% do Banco Europeu de Investimento e 10% garantidos através de capital próprio da VRSA SGU. Incluem 33.202 metros de redes de drenagem de águas residuais, 17 estações elevatórias, 31.342 metros de redes de distribuição de água e 4 Reservatórios de água em todo o Concelho, num total de 25 obras, 10 delas já concluídas.

A execução desta obra reflete, uma vez mais, a coragem que desde sempre caracterizou os executivos do PSD.

Face a uma obra desta envergadura, cujos efeitos não são imediatamente visíveis e que, naturalmente, causa transtornos e desconforto na população, decidiu-se avançar com a mesma, trata-se de desiderato que dotará os seus habitantes de condições de vida dignas e dará ao Concelho condições ao nível do melhor que há no país. Há coragem ainda, pelas avultadas verbas envolvidas, numa altura em que as obras públicas escasseiam por todo o país, sendo quase inexistentes e com os naturais reflexos a nível de emprego.

Mesmo em tempo de crise, não deixamos de cumprir as nossas promessas.

O executivo do PSD continuará firme na defesa de Vila Real de Santo António e das suas gentes, não defraudando as expectativas daqueles que, repetidamente e de forma inequívoca, lhe conferiram a missão de comandar os destinos do Concelho.

Por tudo o citado, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António apresenta este voto de louvor ao Executivo Municipal.

A bancada do PSD AM VRSA

(Handwritten signatures in blue ink)
AS
Alexandre Inácio
Dab
Wisk
Jorge
Filipe
Luis
Quado

(Handwritten signature in blue ink)
Wisk

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



DECLARAÇÃO DE VOTO

A Câmara apresenta um protocolo com a junta de freguesia de Vila Real de Santo António no qual refere o cumprimento da lei 75/2013 no que concerne á transferência de competências do município para as freguesias.

Esta lei estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

No seu artigo 7º, esta lei estabelece as atribuições das freguesias:

- 1 - Constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município.
- 2 - As freguesias dispõem de atribuições designadamente nos seguintes domínios:
 - a) Equipamento rural e urbano;
 - b) Abastecimento público;
 - c) Educação;
 - d) Cultura, tempos livres e desporto;
 - e) Cuidados primários de saúde;
 - f) Ação social;
 - g) Proteção civil;
 - h) Ambiente e salubridade;
 - i) Desenvolvimento;
 - j) Ordenamento urbano e rural;
 - k) Proteção da comunidade.
- 3 - As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e nos termos previstos na lei.

A Lei no seu Artigo 132.º diz:

1 - Consideram-se delegadas nas juntas de freguesia as seguintes competências das câmaras municipais:

- a) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;
- e) Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e

do primeiro ciclo do ensino básico;

f) Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior.

2 - Consideram-se ainda delegadas nas juntas de freguesia, quando previstas em lei, as competências de controlo prévio, realização de vistorias e fiscalização das câmaras municipais nos seguintes domínios:

a) Utilização e ocupação da via pública;

b) Afixação de publicidade de natureza comercial;

c) Atividade de exploração de máquinas de diversão;

d) Recintos improvisados;

e) Realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, sem prejuízo do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 16.º;

f) Atividade de guarda-noturno;

g) Realização de acampamentos ocasionais;

h) Realização de fogueiras e queimadas.

No artigo 4º da lei 75/2013 é dito

A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado.

No artigo 120.º é estabelecido que:

1 - A delegação de competências concretiza-se através da celebração de **contratos inter administrativos, sob pena de nulidade.**

2 - À negociação, celebração e execução dos contratos é aplicável o disposto na presente lei e, subsidiariamente, o Código dos Contratos Públicos e o Código do Procedimento Administrativo

Acontece ainda que a lei refere no seu artigo 133º que as as câmaras municipais e as juntas de freguesia, no prazo de 180 dias após a respetiva instalação, **celebram um acordo de execução que prevê expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas no artigo anterior**

O período de vigência do acordo de execução coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do município, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados. No protocolo agora apresentado tem a duração de um ano

Até à entrada em vigor do acordo de execução, as competências previstas no artigo 132.º são exercidas pela câmara municipal.

O acordo de execução considera-se renovado após a instalação do órgão deliberativo do município, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos do município e da freguesia a sua caducidade, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

O acordo de execução não é suscetível de revogação.

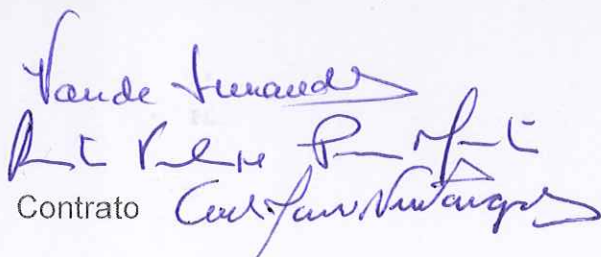
Conclui-se portanto que o que aqui é apresentado e que refere no seu preâmbulo, que está de acordo com a lei 75 de 2013, não é mais do que um protocolo como se tem feito nos anos anteriores com as Freguesias, sem ter em conta os pressupostos da lei no que concerne a todos os aspetos necessários à delegação de competências pois de acordo com este protocolo estas competências vão ser

win

executadas em conjunto com o município em que este “oferece” alguns meios de acordo com um rateio efetuado no mesmo!!!. Acontece ainda que algumas das competências aqui protocoladas são também competências da SGU. Estamos a atuar fora da lei!!!!

Abstemo-nos nesta votação.

Os membros da Assembleia Municipal


Contrato

acordo pelo qual duas ou mais pessoas se obrigam a cumprir os vários pontos estabelecidos por esse acordo, que podem incluir a cedência de poderes ou a observância de certas obrigações

Protocolo

conjunto de regras ou critérios cumpridos numa dada atividade, seja na execução, avaliação ou aceitação de materiais, produtos ou equipamentos; rotina

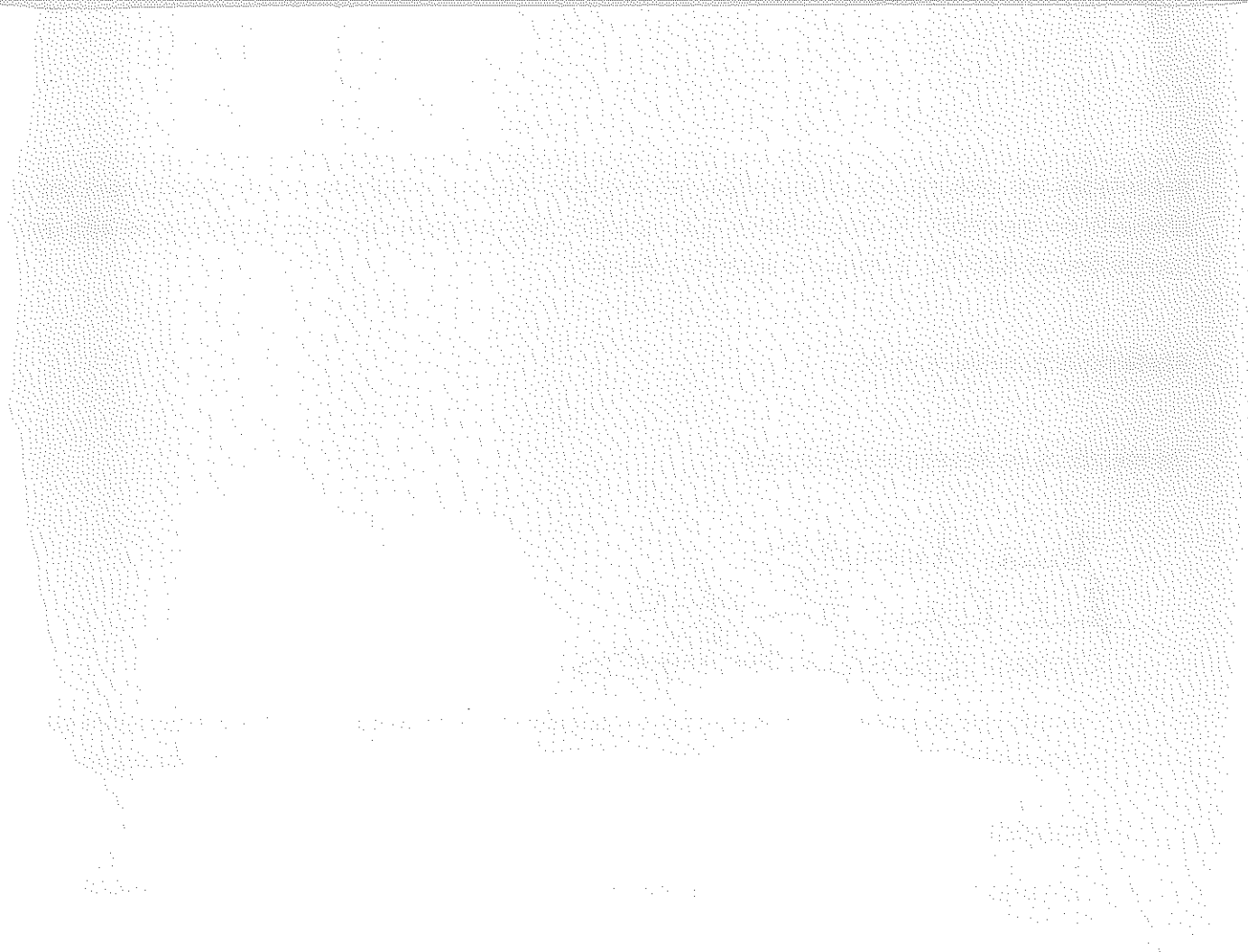
Acordo

DIREITO encontro ou convergência das manifestações das vontades das partes num contrato

forma de pôr termo a um litígio judicial mediante a aceitação recíproca de uma solução para o mo

acordo In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-09-25].
Disponível na www: <URL: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/acordo>>.





Handwritten signature or initials in the bottom left corner.